

HCP SECURITIES

Relatório & Contas
Dezembro 2025

Hemera Capital Partners Securities – SDVM, S.A.

Índice

1. Órgãos Sociais ____ 3

2. Enquadramento Macroeconómico ____ 5

3. Mercado de Capitais ____ 10

4. Análise das actividades 2025 ____ 16

5. Perspectiva para o Ano 2026 ____ 17

6. Demonstrações Financeiras ____ 18

7. Anexo às Demonstrações Financeiras ____ 22

8. Relatório do Auditor Externo ____ 39

9. Parecer do Conselho Fiscal ____ 40

1. Órgãos Sociais

O modelo de governo da Hemera Capital Partners Securities – SDVM, S.A. (doravante "HCPS") estrutura-se através de uma Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A gestão da sociedade compete ao Conselho de Administração na qual os Accionistas delegaram amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente.

A Assembleia Geral e o Conselho Fiscal deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos da sociedade.

A ATLAS Securities - SDVM, S.A., concluiu o processo de alteração do nome em 16 de Maio de 2024 para Hemera Capital Partners Securities – SDVM, S.A..

A 31de Dezembro de 2025, a composição dos órgãos sociais era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:
Manuel Maria Cota Dias da Silveira Botelho
Secretária:
Ridaura Antónia Artur Malenga de Oliveira

Conselho de Administração

Presidente:
Odracir Sidney de Vasconcelos Magalhães*
Vogais:
Mário Alberto Falhas Amaral
Augusto Ngangula e Silva

*Renunciou as funções no Conselho de Administração da Sociedade no dia 28 de Janeiro de 2026

Conselho Fiscal

Presidente:
Francisco Miguel Paulo
Vogais:
Gilberto dos Santos Tomás Luís
Higino Cussinja
Suplentes:
Claudeth Elsa Gonçalves Tjisindandjila Edivalda Efigênia
Hilário Pedro Machado

Revisor Oficial de Contas

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A

2. Enquadramento Macroeconómico

Contexto Internacional

Segundo o *World Economic Outlook* ("WEO") de Janeiro de 2025, o crescimento económico mundial deverá situar-se em 3,3% tanto em 2025 como em 2026, reflectindo uma trajectória de estabilidade moderada da actividade económica global.

O *WEO* de Janeiro de 2026 manteve inalterada a projecção de crescimento da economia mundial de 3,3% para 2025, reflectindo uma estabilização das expectativas quanto à evolução do Produto Interno Bruto ("PIB") global entre os dois relatórios considerados.

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente de elevada volatilidade e incerteza, resultante sobretudo da redefinição das prioridades de política económica nos Estados Unidos da América ("EUA") e da adaptação das restantes economias a um novo enquadramento global.

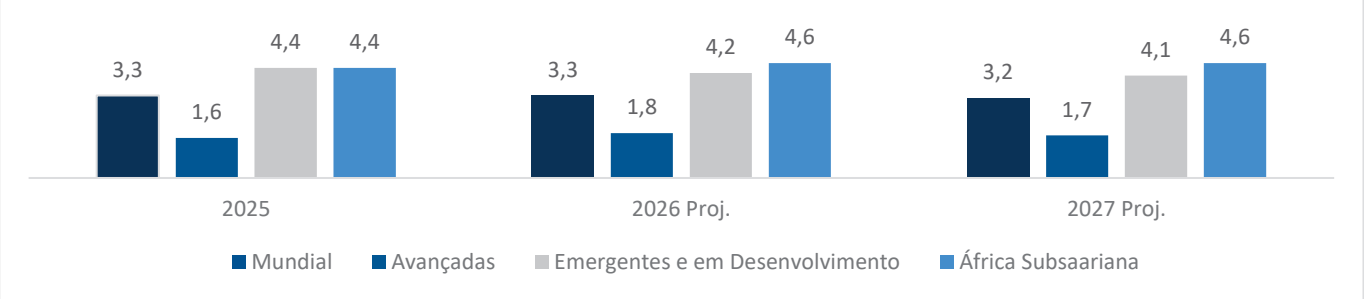
A política comercial voltou ao centro do debate económico, com a introdução de novas tarifas pelos EUA, elevando os níveis tarifários para patamares não observados há várias décadas.

O choque tarifário e a incerteza a ele associada conduziram, numa fase inicial, a uma revisão em baixa das projecções de crescimento global, com o WEO a apontar, em Outubro de 2025, para um crescimento de 3,2%. Esta revisão foi parcialmente revertida em momentos subsequentes, à medida que se verificou uma redução das tarifas, bem como uma melhoria das condições financeiras globais, permitindo uma recuperação moderada das perspectivas de crescimento.

O crescimento económico mundial deverá manter-se estável, situando-se em torno de 3,3% – 3,2% em 2026 – 2027, num contexto de elevada incerteza política e ajustamentos nas políticas comerciais. As economias avançadas registam crescimento moderado, com os EUA a evidenciar maior resiliência e a área do Euro a enfrentar constrangimentos estruturais.

Nas economias emergentes, o crescimento mantém-se acima de 4,0%, com destaque para a Índia e para a estabilização gradual da China, apesar de desafios estruturais. A África Subsariana e o Médio Oriente apresentam trajectórias de recuperação apoiadas por reformas e pelo sector energético.

Taxa de Crescimento do PIB (%)



Fonte: World Economic Outlook Janeiro 2026, Fundo Monetário Internacional

Economia Nacional

Economia Real

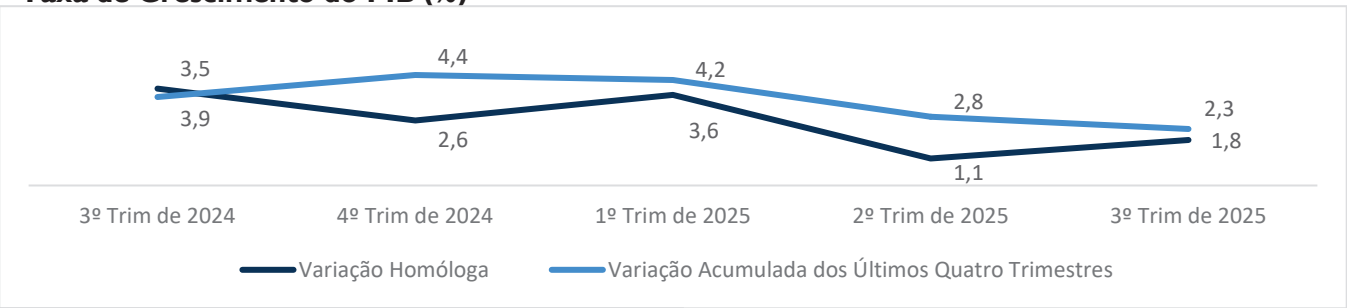
Segundo a informação mais recente das Contas Nacionais divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística ("INE"), a economia nacional registou um crescimento homólogo de 3,6% no primeiro trimestre de 2025, ainda que tal represente uma desaceleração de 0,3 pontos percentuais face ao mesmo período de 2024.

No segundo trimestre de 2025, o crescimento abrandou para 1,1%, evidenciando uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior e de 5,9 pontos percentuais face ao segundo trimestre de 2024.

Já no terceiro trimestre de 2025, o PIB apresentou uma variação homóloga de 1,8%, sinalizando uma ligeira recuperação face ao trimestre precedente.

Em termos acumulados, o PIB referente aos últimos quatro trimestres, correspondentes ao período entre o quarto trimestre de 2024 e o terceiro trimestre de 2025, registou um crescimento de 2,3% comparativamente ao período homólogo anterior.

Taxa de Crescimento do PIB (%)



Fonte: INE

A análise da estrutura produtiva de Angola, entre o terceiro trimestre de 2024 e o terceiro trimestre de 2025, evidencia uma economia em ajustamento, marcada por alterações relevantes na composição sectorial do PIB.

Durante o período em referência, o sector agro-pecuário reforçou de forma expressiva o seu contributo para o PIB, elevando o seu peso relativo de 17,3% para 19,6% em termos homólogos. Esta evolução reflecte um desempenho mais favorável da actividade agro-pecuária e uma crescente importância do sector na dinâmica produtiva nacional.

Em contrapartida, o sector industrial registou uma trajectória de contracção, com a sua participação no PIB a reduzir-se de 39,1% para 34,2%. Tal comportamento evidencia um abrandamento da actividade industrial e uma perda de dinamismo relativo, face aos demais sectores, sugerindo um processo de recomposição estrutural da economia angolana.

Peso do PIB por Sector (%)

Participação de cada sector em %	3º Trim de 2024	4º Trim de 2024	1º Trim de 2025	2º Trim de 2025	3º Trim de 2025
Agro-Pecuária e Silvicultura, Pesca e Aquacultura	17,34%	14,36%	23,17%	39,11%	19,56%
Indústria	39,07%	35,68%	30,07%	23,71%	34,20%
Serviços	40,57%	47,45%	44,69%	35,64%	43,93%
Imposto sobre os produtos	3,03%	2,52%	2,08%	1,54%	2,32%
Subsídios (-)	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%	-0,01%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: INE

Taxa de Inflação

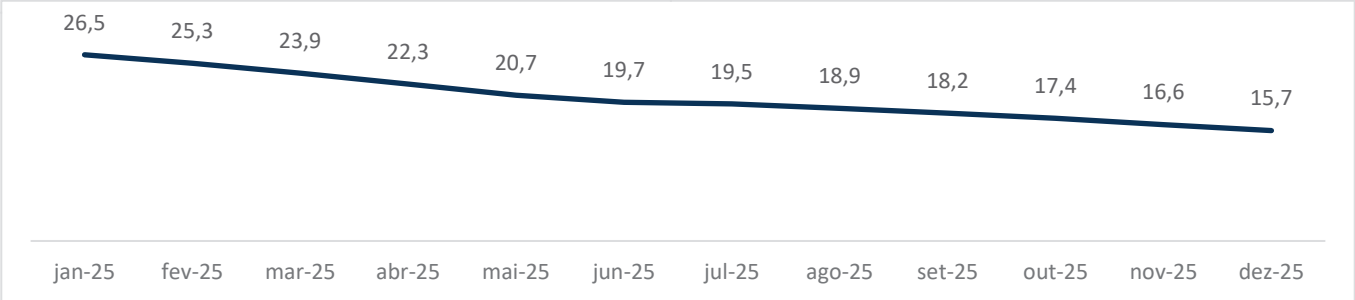
A trajectória da inflação em Angola ao longo de 2025 foi marcada por uma desaceleração consistente e acentuada, conforme evidenciado pelo Índice de Preços do Consumidor Nacional (IPCN). A taxa de inflação homóloga caiu progressivamente de 26,5% em Janeiro para 15,7% em Dezembro, uma redução de 10,8 p.p. ao longo do ano. Esse movimento descendente foi contínuo, mês a mês, reflectindo um cenário de gradual alívio nas pressões de preços na economia.

Um ponto de destaque no cenário inflacionário de 2025 foi a resiliência demonstrada pela economia angolana frente a choques administrados de preços.

No âmbito da redução gradual dos subsídios aos combustíveis, dois reajustes significativos foram realizados no valor do gasóleo:

I. O primeiro em Março, elevando o preço de 200 Kwanzas para 300 Kwanzas por litro, representando um aumento de 50,0%.
II. O segundo em Julho, para 400 Kwanzas por litro, representando um aumento de 33,3%.

Taxa de Inflação Nacional (%)



Fonte: INE

De forma global, ao longo do ano, o preço do gasóleo duplicou, passando de 200 para 400 Kwanzas por litro, que corresponde a uma variação acumulada de 100,0%.

Política Monetária

Ao longo de 2025, a condução da política monetária pelo Banco Nacional de Angola ("BNA") foi caracterizada por uma abordagem prudente e gradual, num contexto ainda marcado por pressões inflacionistas, ajustamentos cambiais e necessidade de preservação da estabilidade macroeconómica. O Comité de Política Monetária ("CPM") adoptou uma postura inicialmente conservadora, mantendo as principais taxas directoras inalteradas no início do ano, e procedeu posteriormente a ajustamentos descendentes no último trimestre, reflectindo uma avaliação mais favorável da trajectória da inflação e das condições de liquidez do sistema bancário.

Na reunião realizada em Janeiro de 2025, o CPM deliberou:

I. Manter a Taxa BNA em 19,5%;
II. Manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 20,5%;
III. Manter a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 18,5%.

Estas decisões reflectiram uma estratégia de contenção da procura agregada e de ancoragem das expectativas inflacionistas, preservando simultaneamente a estabilidade do sistema financeiro.

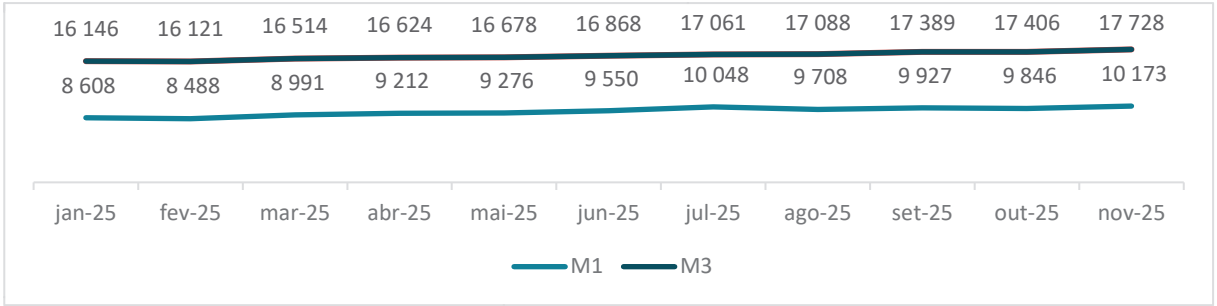
Em Novembro de 2025, perante sinais de desaceleração da inflação e maior equilíbrio no mercado monetário, o CPM decidiu iniciar um ciclo moderado de flexibilização, deliberando:

I. Reduzir a Taxa BNA de 19,0% para 18,5%;
II. Reduzir a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez de 20,0% para 19,5%;
III. Reduzir a Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de 17,0% para 16,5%.

Esta inflexão na orientação da política monetária traduziu-se numa sinalização de maior confiança na trajectória descendente da inflação, enquanto procurou estimular de forma controlada a actividade económica, reduzir os custos de financiamento e promover maior dinamismo no crédito ao sector produtivo.

Em 2025, os agregados monetários em Angola mantiveram-se relativamente estáveis ao longo do ano, com crescimento gradual e controlado.
~
O agregado M1(notas e moedas em poder do público) passou de 8 607,6 mil milhões de Kwanzas em Janeiro para 10 172,7 mil milhões de Kwanzas em Novembro e os agregados M2 (M1 + Quase-Moeda) e M3 (M2 + Outros instrumentos equiparáveis a depósitos), M2 e M3 são iguais, evoluíram de forma consistente passando de 16 146,3 mil milhões em Janeiro para 17 728,3 mil milhões em Novembro.

Agregados Monetários (Kz mil milhões)



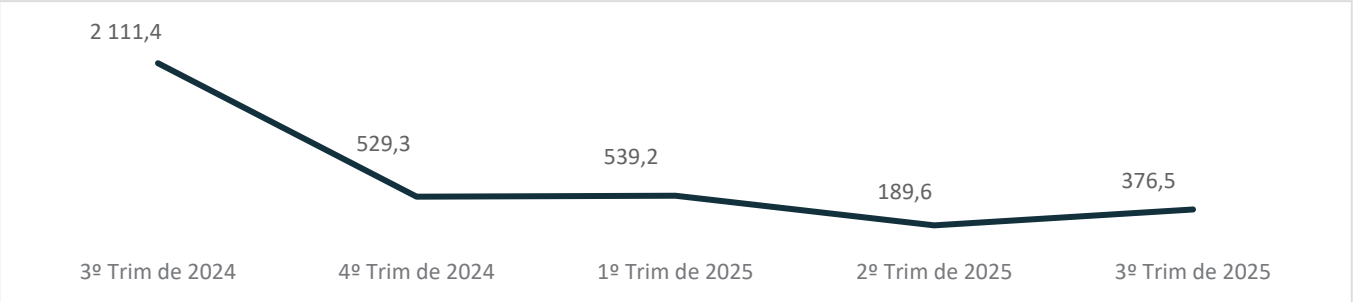
Fonte: BNA

Sector Externo e Taxa de Câmbio

Segundo a Nota de Informação sobre as Estatísticas Externas do 3.º trimestre de 2025, o saldo da conta corrente foi superavitário em USD 376,5 milhões, equivalente a 1,2% do PIB, tendo registado um melhor desempenho face ao trimestre anterior, traduzido numa expansão de USD 186,9 milhões.

A evolução da conta corrente foi determinada, sobretudo, pelo aumento do saldo da conta de bens em 8,4%, bem como pela redução dos défices nos rendimentos primários e nas transferências correntes, que registaram melhorias de 11,6% e 43,6%, respectivamente.

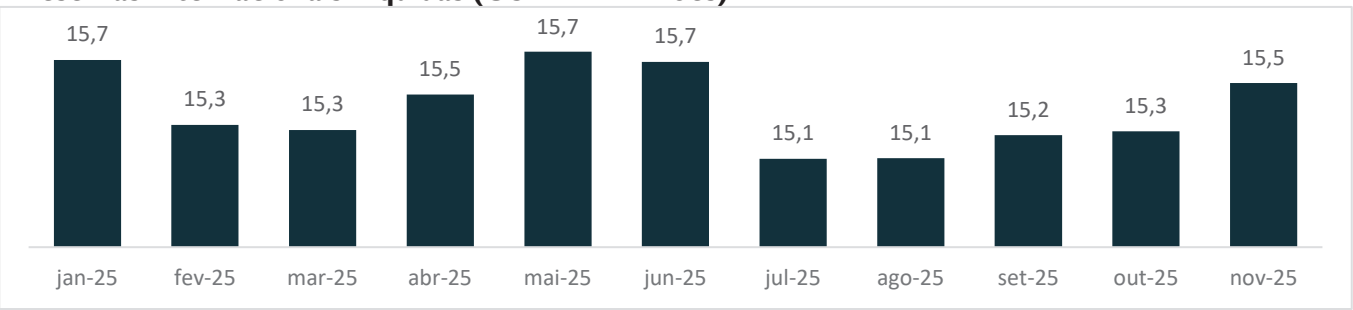
Saldo Conta Corrente (USD milhões)



Fonte: BNA

Em Novembro de 2025, o *stock* de Reservas Internacionais situou-se em USD 15,5 mil milhões, assegurando uma cobertura equivalente a 7 meses de importação de bens e serviços, o que reflecte um nível confortável de protecção externa.

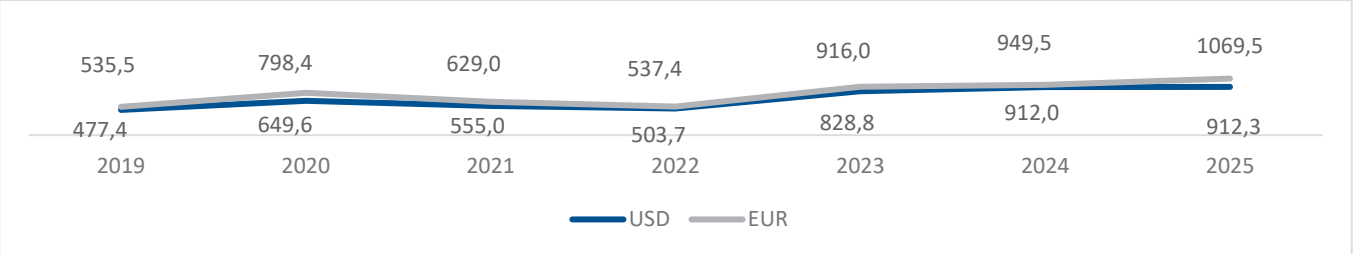
Reservas Internacionais Líquidas (USD mil milhões)



Fonte: BNA

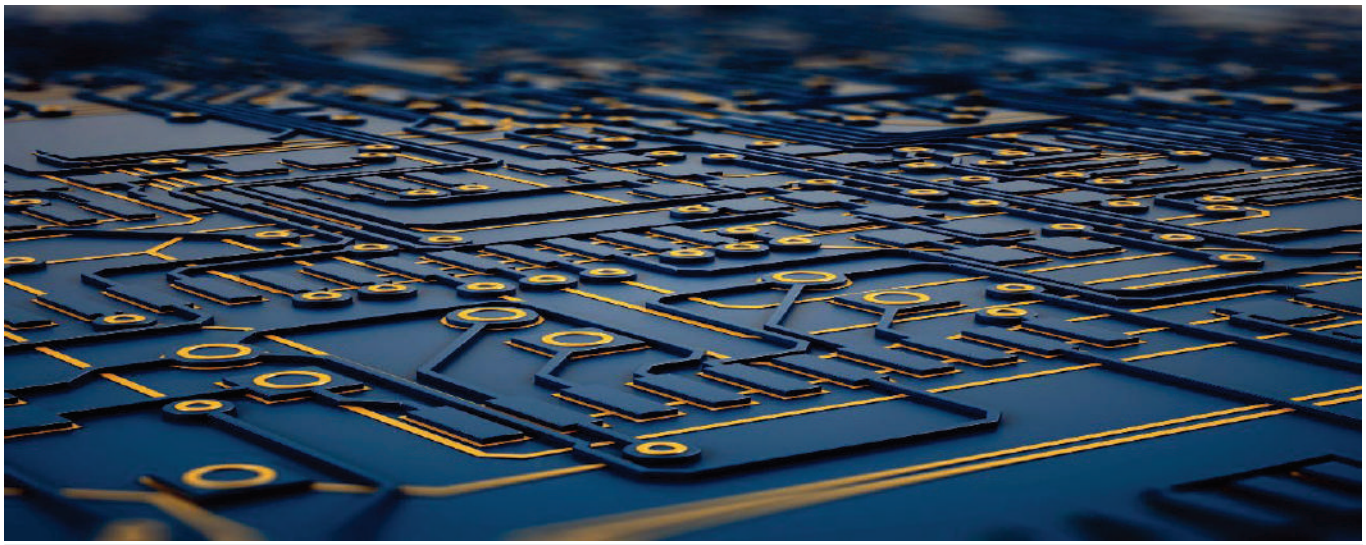
Relativamente à taxa de câmbio, observou-se em 2025 um comportamento diferenciado em relação à moeda de referência. O Kwanza evidenciou relativa estabilidade face ao dólar norte-americano (USD), com variações moderadas ao longo do ano, enquanto registou uma depreciação face ao euro (EUR), reflectindo a valorização desta moeda no mercado internacional.

Taxa de Câmbio



Fonte: BNA

3. Mercado de Capitais



A Oferta Pública de Venda (OPV) das acções do Banco de Fomento Angola (BFA) foi um dos eventos mais marcantes do mercado de capitais angolano em 2025, não apenas pela dimensão, mas também pelo impacto institucional que gerou no desenvolvimento do mercado accionista.

A oferta colocou 4 462 500 acções ordinárias, escriturais e nominativas, representativas de 29,75% do capital social e dos direitos de voto do Banco, com cada acção tendo valor nominal de Kz 6 000,00.

Os principais accionistas envolvidos na operação foram a Unitel S.A., que disponibilizou 15,00% do capital, e o Banco Português de Investimento (BPI), com 14,75%, no âmbito do programa de dispersão accionista e abertura ao mercado de capitais.

O preço unitário final foi fixado em 49 500 Kz por acção, resultando num montante total arrecadado de cerca de Kz 220,9 mil milhões, o que fez desta oferta a maior operação de bolsa alguma vez realizada em Angola.

A GRINER Engenharia S.A. levantou capital com sucesso através da emissão de um empréstimo obrigacionista por Subscrição Particular, 2025–2028, no montante global de Kz 20 000,0 mil milhões de Kwanzas.

A operação foi integralmente subscrita, evidenciando a confiança dos investidores institucionais na emissão.

BODIVA

Em 2025, o mercado de capitais angolano, dinamizado pela BODIVA, registou uma evolução particularmente positiva, evidenciando sinais claros de maior profundidade, liquidez e participação dos investidores.

Contrariamente à evolução do volume negociado em determinados segmentos, o número total de negócios executados nos mercados BODIVA atingiu máximos históricos, totalizando mais de 37 150 transacções, o que representa um crescimento expressivo de 259,76% face a 2024. Esta dinâmica foi impulsionada por uma maior rotação de carteiras, pelo aumento da liquidez e por uma participação mais activa dos investidores, reflectindo um mercado progressivamente mais eficiente e dinâmico.

Adicionalmente, a admissão à negociação das acções do Banco de Fomento Angola constituiu um marco relevante para o desenvolvimento do mercado accionista, reforçando a sua visibilidade e atractividade junto de diferentes perfis de investidores.

No que respeita à base de investidores, observou-se um crescimento significativo. O montante sob custódia na CEVAMA atingiu Kz 17,14 biliões, representando um aumento de 44,99% face a 2024, reflectindo a crescente confiança no mercado e a introdução de novos instrumentos financeiros.

O número de novas contas abertas em 2025 totalizou 12 931, traduzindo um crescimento de 69,65%, enquanto o total de contas activas ascendeu a aproximadamente 47 778, um aumento de 36,30% face ao período homólogo. Estes indicadores evidenciam uma evolução relevante ao nível da inclusão financeira e do acesso ao mercado de capitais.

O mercado accionista, apesar de ainda representar uma parcela reduzida do volume global negociado, apresentou um crescimento expressivo. O montante total negociado em acções atingiu Kz 12,25 mil milhões, correspondente a um aumento de 36,11%, enquanto o número de negócios ascendeu a 1 889, reflectindo um crescimento de 184,06% face a 2024.

Este desempenho foi fortemente influenciado pela operação de Oferta Pública de Venda (OPV) do Banco de Fomento Angola, uma das mais relevantes do continente africano em 2025, com um montante arrecadado de Kz 220,89 mil milhões e um preço inicial de Kz 49 500 por acção. Até ao final do exercício, o activo registou uma valorização significativa, atingindo Kz 116 000, o que corresponde a um aumento de cerca de 134,34%.

Esta evolução evidencia um mercado accionista progressivamente mais dinâmico, com maior capacidade de atrair investidores institucionais e particulares, consolidando-se como uma alternativa relevante de investimento e um instrumento crescente de financiamento da economia.

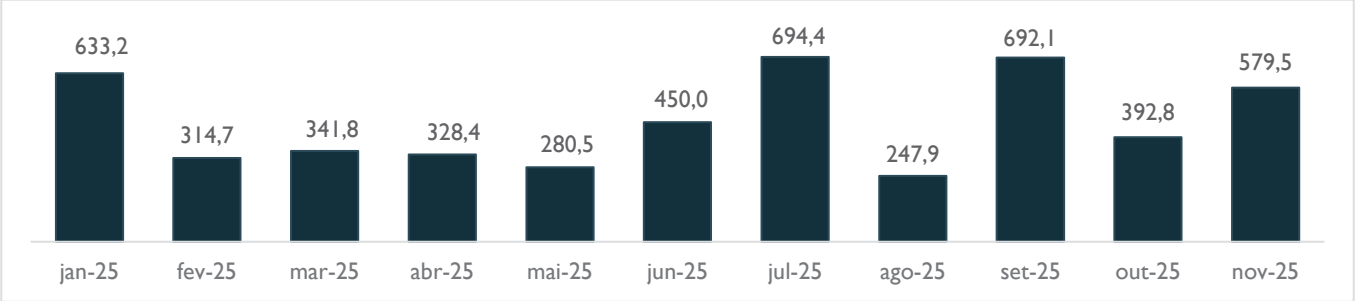
Paralelamente, o mercado continuou a ser influenciado pela estratégia do Executivo Angolano de redução da participação directa e indirecta em empresas nacionais, no âmbito do Programa de Privatizações, o que deverá continuar a impulsionar a entrada de novas empresas em bolsa e o aprofundamento do mercado nos próximos anos.

Neste contexto, o papel dos intermediários financeiros assume crescente relevância. Estes agentes desempenham uma função crítica na intermediação, execução de operações, promoção da literacia financeira e disseminação de informação, sendo determinantes para o reforço da confiança e credibilidade do mercado.

Para 2026, perspectiva-se a continuidade desta trajectória de crescimento, ainda que acompanhada por maiores exigências ao nível regulatório, operacional e de governação. A consolidação do mercado dependerá da manutenção de práticas responsáveis por parte de todos os intervenientes, sendo essencial assegurar disciplina, transparência e uma visão de longo prazo, de modo a garantir que o crescimento observado se traduza em valor sustentável para a economia angolana.

Destacaram-se, em particular, os meses de Janeiro, Julho e Setembro, que registaram os níveis mais elevados de actividade ao longo do ano.

Volume de Negociações Mensal na BODIVA (Kz mil milhões)

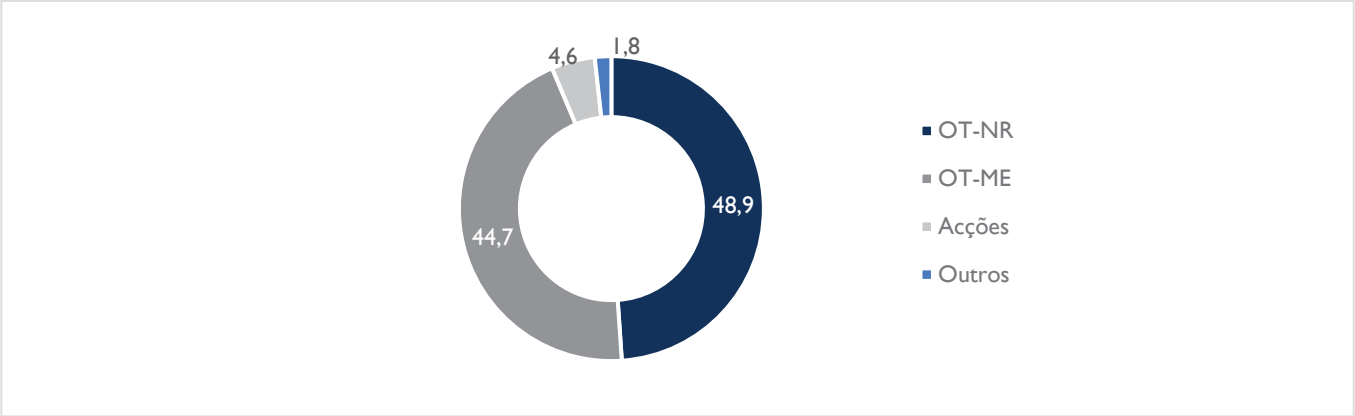


Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais Novembro 2025, CMC

Em Novembro de 2025, as Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (OT-NR) assumiram a posição dominante no mercado regulamentado, representando 48,9% do volume total transaccionado, o equivalente a Kz 283,5 mil milhões.

Por sua vez, as Obrigações do Tesouro com Moeda Estrangeira (OT-ME) registaram uma participação de 44,7%, correspondendo a Kz 259,2 mil milhões, consolidando igualmente a forte predominância dos títulos de dívida pública na estrutura das negociações.

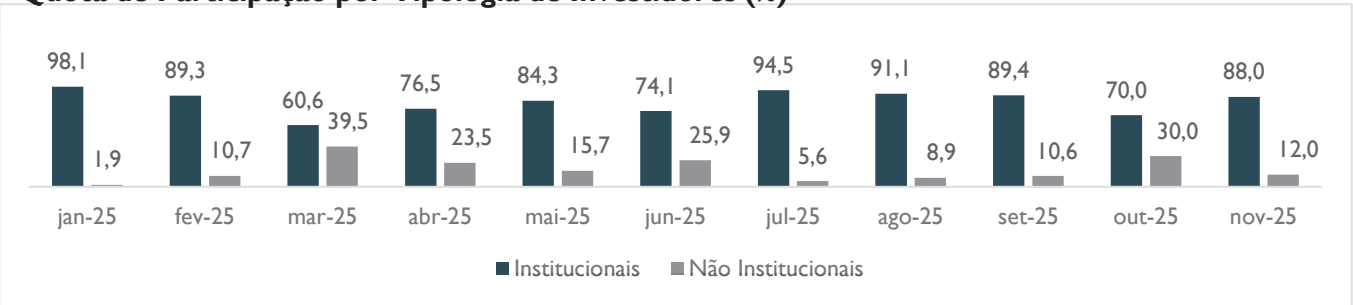
Peso dos Valores Mobiliários nas Negociações na BODIVA (%)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais Novembro 2025, CMC

No que se refere à participação dos investidores na BODIVA em Novembro de de 2025, verificou-se que 88,0% das compras foram realizadas por investidores institucionais, enquanto os investidores não institucionais representaram os restantes 11,9%, evidenciando uma predominância significativa da participação dos investidores institucionais no referido mês.

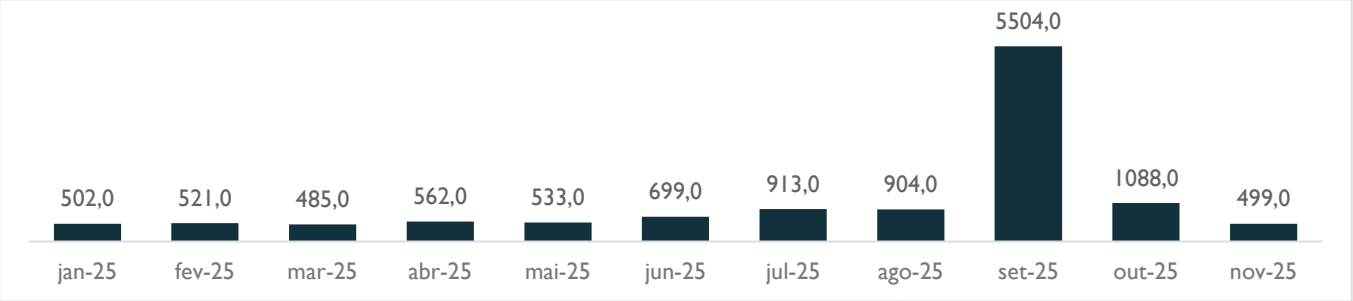
Quota de Participação por Tipologia de Investidores (%)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

No segundo semestre verificou-se um aumento significativo no número de aberturas de contas, fenómeno que esteve igualmente associado à realização de uma operação de oferta pública de venda de acções em primário e depois em secundário que despertou elevado interesse por parte de investidores interessados em participar no mercado de acções. Este contexto contribuiu para o alargamento da base de investidores e para uma maior dinamização do sistema de registo e custódia de valores mobiliários.

Evolução Mensal de Aberturas de Contas CEVAMA

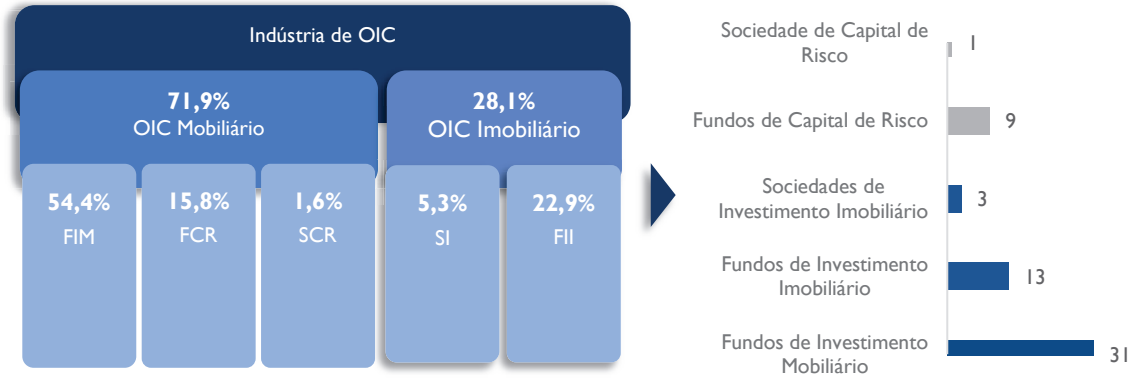


Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

Organismo de Investimento Colectivo

No período em análise, o total de Organismos de Investimento Colectivo ("OIC") registados na Comissão do Mercado de Capitais situava-se em 57 OIC, destacam-se 31 fundos de investimento mobiliário (FIM), 13 fundos de investimento imobiliário (FII), 9 fundos de capital de risco (FCR), 3 sociedades de investimento imobiliário (SII) e 1 sociedade de capital de risco (SCR).

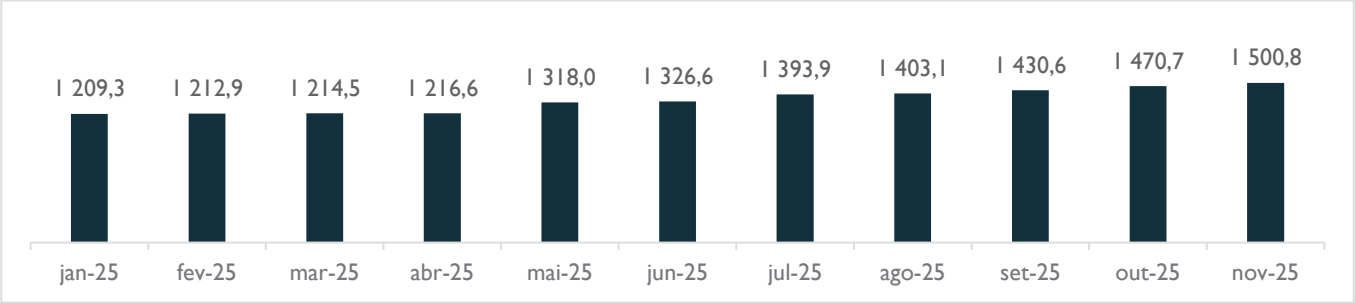
Dimensão do Mercado de OIC por nº Veículos Registados



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

Os activos dos OIC registaram um crescimento relevante, tanto ao nível do valor dos activos sob gestão como da sua representatividade no mercado. Este aumento reflecte a entrada de novos veículos de investimento, a diversificação da oferta disponível e o reforço da confiança dos investidores no mercado de capitais.

Evolução dos Activos sob Gestão dos OIC (Kz mil milhões)

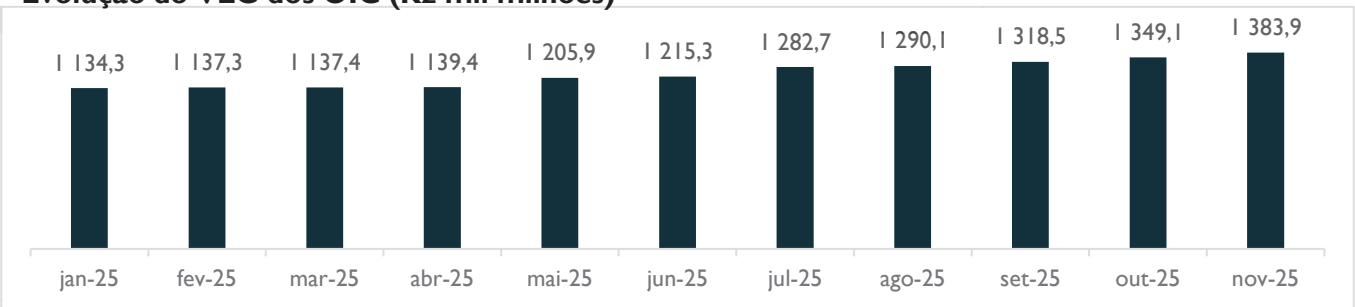


Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

,

De igual modo, o Valor Líquido Global (VLG) registou também uma evolução positiva.

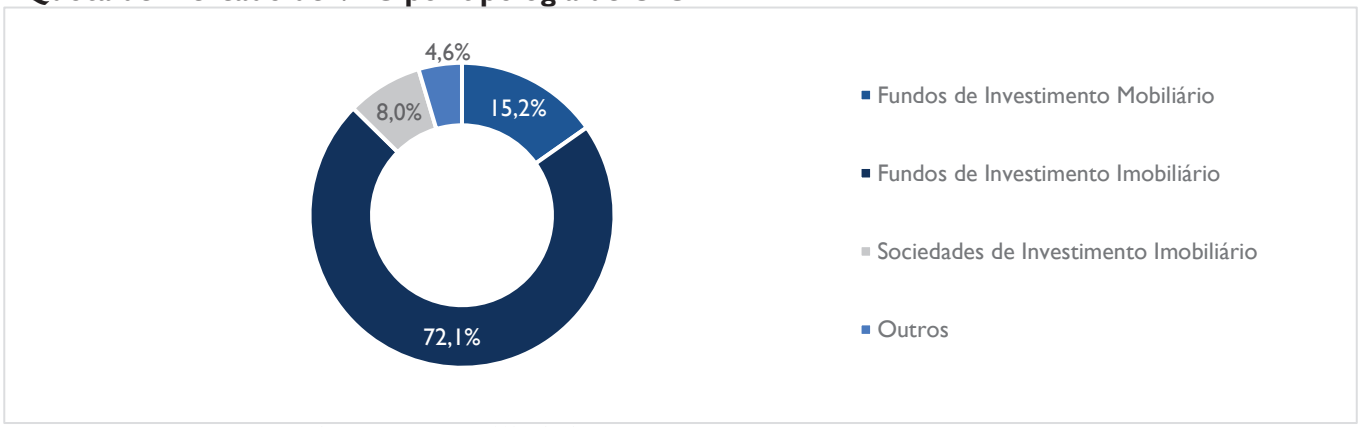
Evolução do VLG dos OIC (Kz mil milhões)



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

Os fundos de investimento imobiliário representam a maior quota de mercado com 72,1%, seguidos dos fundos de investimento mobiliário.

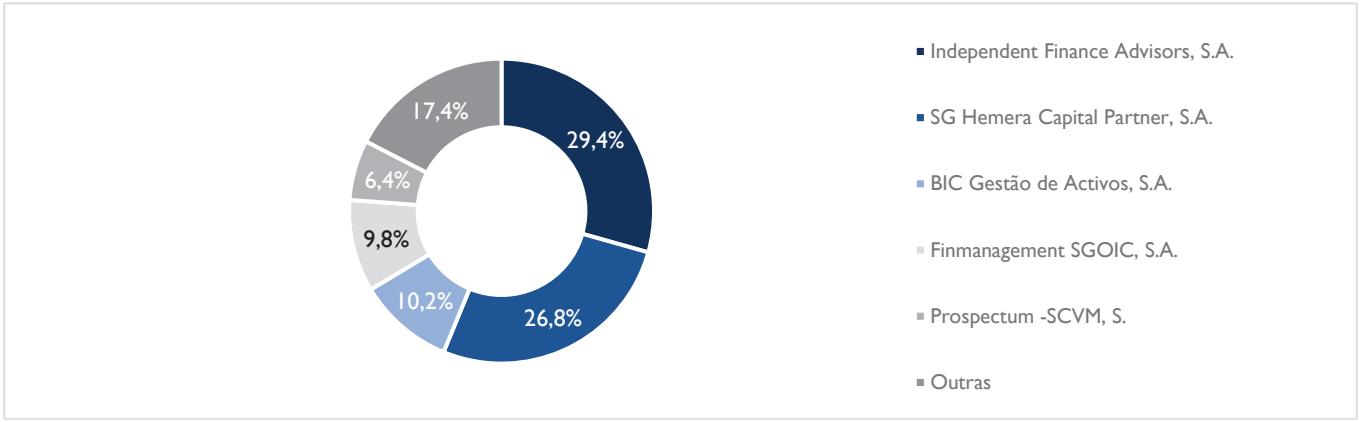
Quota de mercado de VLG por tipologia de OIC



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

No que se refere à quota de mercado das principais Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo (SGOIC) em termos de activos sob gestão, verifica-se que a Independent Finance Advisors, S.A. com 29,4%, logo a seguir a SG Hemera Capital Partners, S.A., com uma quota de 26,8%, BIC Gestão de Activos, S.A.com 10,2%

Quota de mercado das SGOIC por Activos sob Gestão



Fonte: Relatório Mensal do Mercado de Capitais de Novembro 2025, CMC

4. Análise da Actividade de 2025

O exercício de 2025 da HCPS foi marcado por um desempenho positivo, reflectido num Activo Líquido de Kz 1,7 mil milhões, Resultado de Intermediação de Kz 1,6 mil milhões e um Resultado Operacional de Kz 73 milhões.

Mais do que os resultados financeiros alcançados, o ano ficou igualmente caracterizado por avanços estruturantes ao nível estratégico, operacional e organizacional, consolidando a posição da Sociedade num contexto económico desafiante, marcado por pressões inflacionistas e incerteza macroeconómica. Ainda assim, a HCPS registou um desempenho positivo, sustentado por um modelo operacional resiliente, equipas qualificadas e um claro foco estratégico na eficiência, robustez operacional e transformação tecnológica.

No **domínio operacional**, a HCPS manteve elevados padrões de rigor e fiabilidade, destacando-se o volume significativo de transacções liquidadas, bem como a elevada taxa de liquidações efectuadas dentro do prazo regulamentar, reflectindo a maturidade dos processos e a robustez da infra-estrutura tecnológica. Este desempenho foi suportado por um esforço contínuo de revisão, padronização e melhoria dos processos críticos, com ganhos relevantes ao nível da produtividade, controlo e mitigação de riscos operacionais.

A HCPS, enquanto agente de intermediação, manteve em 2025 uma actuação consistente e alinhada com a dinâmica de crescimento dos mercados da BODIVA, contribuindo activamente para o reforço da liquidez e para a dinamização da actividade no mercado secundário. A sua quota de mercado situou-se em **5,93%**, suportada por um total de **2 833 contas de custódia**, posicionando a Sociedade como um interveniente relevante no ecossistema do mercado de capitais angolano.

Em paralelo, a Sociedade deu passos decisivos no reforço do seu sistema de controlo interno e de governação, através da realização regular de auditorias internas e externas, da actualização e harmonização de políticas e manuais internos, bem como do cumprimento rigoroso das obrigações de reporte às entidades reguladoras. Este conjunto de iniciativas permitiu consolidar um ambiente de controlo mais robusto e maduro, alinhado com as crescentes exigências do sector e com as melhores práticas internacionais, reforçando a transparência, a disciplina operacional e a capacidade de mitigação de riscos.

A transformação tecnológica continuou a afirmar-se como um pilar estratégico central da actividade da HCPS em 2025. Destaca-se o lançamento e consolidação da plataforma de negociação online *Hemera Trader*, bem como a optimização do sistema *core* operacional, iniciativas que contribuíram directamente para o aumento da eficiência, melhoria da experiência do cliente e reforço da fiabilidade dos processos. Estes desenvolvimentos enquadram-se numa estratégia mais ampla de digitalização e modernização da actividade, preparando a Sociedade para responder a um mercado cada vez mais exigente e tecnologicamente evoluído.

O investimento nas Pessoas manteve-se como um vector estruturante da estratégia da Sociedade. Ao longo do exercício, foram promovidas iniciativas de capacitação técnica, formação contínua e desenvolvimento de competências, alinhadas com a visão de longo prazo da Sociedade, destacando-se a formação de "Caminhada da Liderança, bem como o reforço de iniciativas relacionadas com o bem–estar, onde destacamos o reforço da saúde mental, através da disponibilização de um psicólogo para melhor acompanhamento das nossas Pessoas. Este enfoque permitiu reforçar o nível de especialização das equipas, elevar a qualidade do serviço prestado e consolidar uma cultura organizacional orientada para a excelência, inovação e responsabilidade.

Em síntese, 2025 foi um ano de consolidação e maturidade operacional para a HCPS, caracterizado por uma actuação disciplinada e orientada para a eficiência, inovação e robustez de controlo. Num contexto de mercado ainda em desenvolvimento — onde o volume negociado permanece fortemente concentrado em títulos do Estado, apesar do aumento expressivo do número de transacções e da participação dos investidores — a Sociedade posicionou-se de forma sólida para acompanhar a evolução do sector, reforçando o seu contributo para o desenvolvimento sustentável do mercado de capitais em Angola.

5. Perspectivas para 2026

Em 2026, o enquadramento económico e político internacional deverá continuar marcado por um elevado grau de incerteza, decorrente da persistência de tensões geopolíticas, nomeadamente no Médio Oriente e da continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia. Estes factores têm contribuído para a volatilidade dos mercados globais, com impacto directo nos preços da energia, matérias-primas e cadeias de abastecimento, pressionando a inflação o que poderá traduzir-se num ritmo mais lento de recuperação económica em várias geografias. Neste contexto, antecipa-se a manutenção de políticas monetárias cautelosas e um ambiente financeiro global ainda exigente.

No plano nacional, a economia angolana deverá continuar com alguma incerteza associados à evolução dos preços internacionais do petróleo, à pressão inflacionista e à necessidade de consolidação macroeconómica. Contudo, perspectiva-se uma trajectória de crescimento moderado, suportada por iniciativas de diversificação económica e por reformas estruturais em curso. A estabilidade cambial, o controlo da inflação e a capacidade de atrair investimento serão factores determinantes para a consolidação do ambiente económico e empresarial.

Relativamente ao sector do mercado de capitais em Angola, 2026 poderá representar um período de ajustamento e evolução, marcado pela revisão de taxas aplicáveis as sociedades, que poderá ser um factor condicionador do crescimento do mercado pelo impacto das mesmas. Destacar igualmente, o reforço do enquadramento regulatório e a progressiva adopção de normas internacionais de relato financeiro, nomeadamente as IFRS. Sendo expectável que essas mudanças contribuam para o aumento da transparência, credibilidade e comparabilidade da informação financeira, criando assim condições mais favoráveis para o desenvolvimento do mercado. Adicionalmente, as perspectivas de dinamização de operações de mercado, incluindo potenciais processos de oferta pública inicial (IPOs), poderão desempenhar um papel relevante na profundidade e atractividade do sector.

Para a HCP Securities, 2026 será encarado como um ano de consolidação estratégica e crescimento sustentável, assente no reforço de três pilares fundamentais: eficiência operacional, robustez do controlo interno e continuidade da transformação tecnológica. Num contexto de maior exigência regulatória e evolução do mercado, a Sociedade adoptará uma postura prudente, mas proactiva, orientada para a adaptação contínua e para o aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento.

No domínio operacional, a prioridade manter-se-á no fortalecimento dos processos críticos, no aumento do grau de automatização e na melhoria dos mecanismos de reconciliação e controlo, com particular enfoque em controlos preventivos e na fiabilidade da informação. A optimização contínua da infra-estrutura tecnológica continuará a desempenhar um papel central, permitindo suportar o crescimento da actividade, aumentar a eficiência e assegurar elevados padrões de qualidade e segurança na execução das operações.Em paralelo, a HCPS continuará a investir de forma consistente no desenvolvimento das suas Pessoas, reconhecendo o capital humano como um factor diferenciador essencial. O reforço das competências técnicas, a consolidação de uma cultura de risco e a promoção de elevados níveis de responsabilização organizacional serão determinantes para sustentar a qualidade do serviço prestado e a evolução da Sociedade.

No plano institucional, prevê-se o aprofundamento da relação com entidades reguladoras, infra-estruturas de mercado e parceiros estratégicos, reforçando a cooperação, a transparência e o alinhamento com as melhores práticas do sector. A Sociedade manterá igualmente um papel activo no desenvolvimento do mercado de capitais angolano, contribuindo para o aumento da confiança dos investidores, para a inclusão financeira e para a progressiva sofisticação do ecossistema.

A HCPS encara 2026 com uma visão de longo prazo clara e disciplinada, orientada para a criação de valor sustentável para os seus *stakeholders*, suportada por uma base operacional robusta e uma estratégia coerente. Neste âmbito, será igualmente reforçada a integração de políticas e práticas ESG, promovendo uma actuação responsável, transparente e alinhada com os mais elevados padrões de sustentabilidade.

6. Demonstrações Financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

Rubricas	Notas	31-12-2025			31-12-2024
Activo		Valor bruto	Imparidades e Depreciações	Valor líquido	Valor líquido
Disponibilidades		**387 196**	**-**	**387 196**	**299 630**
Caixa	3	40	-	40	-
Disponibilidades em Instituições Financeiras	3	387 156	-	387 156	299 630
Aplicações de Liquidez		**565 582**	**-**	**565 582**	**406 455**
Aplicações Monetárias no Mercado Interfinanceiro	3	565 582	-	565 582	406 455
Outros Valores		**210 365**	**-**	**210 365**	**205 419**
Outros Valores de Natureza Fiscal	4	3 855	-	3 855	1 605
Outros Valores de Natureza Cível	4	141 606	-	141 606	183 323
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização	4	64 905	-	64 905	20 492
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis		**888 385**	**(317 181)**	**571 204**	**238 073**
Activos Fixos Tangíveis	5	173 071	(65 439)	107 632	114 992
Activos Intangíveis	5	715 314	(251 742)	463 572	123 081
TOTAL DO ACTIVO		**2 051 529**	**(317 181)**	**1 734 348**	**1 149 578**
Passivo e Fundos Próprios					
Adiantamentos de Clientes		**88 511**	**-**	**88 511**	**-**
Adiantamentos de Clientes	6	88 511	-	88 511	-
Outras Obrigações		**1 019 527**	**-**	**1 019 527**	**536 169**
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	7	52 098	-	52 098	143 376
Outras Obrigações de Natureza Cível	7	176 797	-	176 797	66 198
Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização	7	790 632	-	790 632	326 595
TOTAL DO PASSIVO		**1 108 038**	**-**	**1 108 038**	**536 169**
Capital Social	8	337 000	-	337 000	337 000
Resultados Transitados	8	276 410	-	276 410	(42 988)
Resultado Líquido do Exercício	8	12 900	-	12 900	319 398
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		**626 310**	**-**	**626 310**	**613 410**
TOTAL DO PASSIVO E DOS FUNDOS PRÓPRIOS		**1 734 348**	**-**	**1 734 348**	**1 149 578**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Administrador **Administrador**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

Rubricas	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		**40 628**	**8 077**
Proveitos de Aplicações de Liquidez	9	40 628	8 077
Custos de Instrumentos Financeiros Passivos	9	**(206)**	**(6 243)**
MARGEM FINANCEIRA		**40 422**	**1 834**
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		**1 575 377**	**1 038 941**
Proveitos de Prestação de Serviços	10	2 080 395	1 408 152
Custos de Comissões, Corretagens e Custódias	10	(505 018)	(369 211)
RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**1 615 799**	**1 040 775**
Custos Administrativos e de Comercialização		**(1 503 591)**	**(616 954)**
Pessoal	11	379 483	173 976
Fornecimentos de Terceiros	11	889 198	344 355
Impostos e Taxas Não Incidentes Sobre o Resultado	11	45 079	22 516
Outros Custos Administrativos e de Comercialização	11	8 561	3 160
Depreciações e Amortizações	11	181 270	72 947
Outros custos e proveitos operacionais	12	**(38 789)**	**(13 014)**
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS		**(1 542 380)**	**(629 968)**
RESULTADO OPERACIONAL		**73 419**	**410 806**
Outros Ganhos e Perdas Não Operacionais	13	**(27 000)**	**(329)**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(27 000)**	**(329)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS		**46 419**	**410 477**
Encargos sobre o Resultado Corrente			
Impostos sobre o Resultado	14	(33 519)	(91 080)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**12 900**	**319 398**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Administrador **Administrador**

DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES DOS FUNDOS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

	Capital Social	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Fundos Próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**337 000**	**-**	**(42 988)**	**294 012**
Transferência do resultado de 2023	-	(42 988)	42 988	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	319 398	319 398
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**337 000**	**(42 988)**	**319 398**	**613 410**
Transferência do resultado de 2024	-	319 398	(319 398)	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	12 900	12 900
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	**337 000**	**276 410**	**12 900**	**626 310**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Administrador **Administrador**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mAOA)

Rubricas	Notas	31-12-2025	31-12-2024
FLUXO DE CAIXA DE MARGEM FINANCEIRA:			
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		31 781	814
Pagamento de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos		(33)	(6 582)
		31 748	**(5 768)**
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA:			
Fluxo de Caixa de Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		451 644	4 188 793
		451 644	**4 188 793**
FLUXO DAS CAIXA OPERAÇÕES:			
Pagamentos de Custos Administrativos e Comercialização		(1 934 060)	(639 985)
Fluxo de Caixa de Liquidação de Operações no Sistema de Pagamento		2 028 579	(2 869 078)
Fluxo de Caixa de Outros Valores e Outras Obrigações		(327 011)	(112 788)
		(232 492)	**(3 621 851)**
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS:			
Fluxo de Caixa de Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis		(2 186)	(215 728)
		(2 186)	**(215 728)**
Variações nas Disponibilidades		**248 714**	**345 446**
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		699 630	353 807
Efeitos das variações cambiais		(148)	377
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO FIM DO EXERCÍCIO	3	**948 196**	**699 630**

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Administrador **Administrador**

7. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. ACTIVIDADE

A Hemera Capital Partners Securities – SDVM, S.A., (adiante designada por "HCP Securities", ou "Sociedade"), foi constituída por Escritura Pública de 7 de Novembro de 2023, é uma Sociedade de direito angolano com sede em Luanda, Talatona, na Rua do Centro de Convenções de Talatona, no Condomínio Cidade Financeira, 6° Andar do Bloco 3, com o NIF n.° 5001667580 e, encontra-se devidamente registada na Comissão do Mercado de Capitais, sob o n.° 07/SDVM/CMC/12-2023, desde 26 de Dezembro de 2023. Estando habilitada a desenvolver as actividades das Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários nos termos e dentro dos limites definidos no Decreto Legislativo Presidencial n.° 6/13, de 09 de Outubro – Regime Jurídico das Sociedades Correctoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários, designadamente:

- A recepção de transmissão de ordens por conta de outrem;
- A execução de ordens por conta de outrem em mercados regulamentados ou fora deles;
- A negociação para a carteira própria;
- O registo, depósito, bem como serviços de guarda;
- A assistência em ofertas públicas e a consultoria sobre a estrutura de capital, a estratégia industrial, bem como a fusão e a aquisição de empresas;
- A colocação sem garantia em ofertas públicas;
- A tomada firme e a colocação com garantia em ofertas públicas;
- A concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários, para a realização de operações em que intervém a entidade concedente de crédito;
- Os serviços de câmbios indispensáveis à realização dos serviços dos pontos anteriores nos termos definidos pela legislação cambial.

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na Nota 8, a Sociedade é detida maioritariamente pela MILOS Capital Partners, S.A..

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Sociedade e de acordo com o Plano de Contas para as Instituições Financeiras não Bancárias, doravante IFNB, nos termos do Regulamento da CMC n.° 10/16 de 6 de Julho, juntamente.

De acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração de Mutações dos Fundos Próprios;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no regulamento da CMC, sendo que, as notas cuja numeração se encontra ausente, não são aplicáveis à Sociedade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

As demonstrações financeiras da Sociedade encontram-se expressas em milhares de kwanzas, conforme Aviso n.º 05/2019, Art.º 9º do Banco Nacional de Angola ("BNA"), sendo os activos e passivos denominados em outras divisas, convertidos para a moeda nacional, com base no câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola, em cada data de referência.

2.3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

O saldo de disponibilidades compreende os valores em bancos, imediatamente mobilizáveis.

c) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Sociedade considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas "Disponibilidades" e "Aplicações de Liquidez" (excluindo os juros).

d) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os réditos resultantes de comissões sobre a prestação de serviços financeiros são reconhecidos na data em que o serviço é prestado, que corresponde à data do movimento nas contas bancárias dos Clientes dos montantes recebidos por via de juros, dividendos, amortização ou venda de títulos e outros valores mobiliários, ou à data em que os activos financeiros passam a integrar a carteira de Clientes.

e) Saldos e transacções expressos em moedas diferentes do Kwanza

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multicurrency*", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data de transacção.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os câmbios indicativos do Kwanza ("kwanzas" ou "AOA"), publicados pelo BNA, face às divisas a que a entidade se encontra mais exposta eram os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
USD	912,286	912,000
EUR	1 069,522	949,483

f) Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Outros custos e perdas".

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do período numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, enquadrado nos seguintes intervalos:

	Vida útil
Móveis, Utensílios, Instalações e Equipamentos	3 - 6

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos fixos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na demonstração de resultados do período. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto na demonstração de resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

Activos Intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, despesas de constituição, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Sociedade. Os activos fixos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do período numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, enquadrado nos seguintes intervalos:

	Vida útil
Sistema de Tratamento Automático de Dados	3 - 5
Despesas de Constituição	5

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

g) Regime fiscal

Impostos Correntes:

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto Industrial – Regime Geral:

De acordo com a Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, o valor do Imposto Industrial é calculado através da aplicação de uma taxa de 25% sobre o resultado contabilístico corrigido dos acréscimos ou deduções previstos na referida legislação.

Regime do Imposto sobre o Valor Acrescentado

Em Fevereiro de 2024, a Sociedade passou a estar sujeita ao regime geral, com alteração do regime simplificado para o regime de dedução para actividades mistas.

De acordo com a Lei n.º 14/23 de 28 de Dezembro, as empresas enquadradas nesse regime passam a liquidar o IVA a uma taxa de 14% sobre as suas transmissões de bens e serviços. Como realiza actividades mistas (tributadas e isentas), a dedução do IVA será feita com base no método pró-rata, ou seja, a Sociedade só pode deduzir uma parte do IVA suportado, proporcional à sua actividade tributada em relação à totalidade das operações.

Imposto Industrial - Retenção na fonte:

A Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, estabelece o regime tributário em sede de Imposto Industrial, para os sujeitos passivos com sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola que exerçam actividades de prestações de serviços de qualquer natureza, estão sujeitos a tributação a taxa de 6,5%. A matéria colectável nos serviços acidentais, incide o imposto à taxa de 6,5%.

De acordo com a legislação em vigor em Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos.

h) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências.

i) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Rubricas	Moeda	31-12-2025	31-12-2024
Caixa			
Notas e moedas	AOA	40	-
		40	**-**
Disponibilidades em Instituições Financeiras			
Depósitos à ordem			
Banco Millennium Atlântico	AOA	350 156	278 811
Banco de Investimento Rural	AOA	4 998	-
Banco de Comércio e Indústria	AOA	2 941	20 805
Banco de Crédito do Sul	AOA	2 308	-
Banco Millennium Atlântico	USD	1 540	2
Banco Millennium Atlântico	EUR	13	11
		361 956	**299 630**
Outros depósitos			
Banco de Comércio e Indústria	AOA	22 297	-
Banco de Crédito do Sul	AOA	2 903	-
		25 200	**-**
		387 156	**299 630**
Aplicações de Liquidez			
Banco Millennium Atlântico	AOA	295 000	300 000
Banco de Comércio e Indústria	AOA	261 000	100 000
Banco de Crédito do Sul	AOA	5 000	-
Juros depósito a prazo	AOA	4 582	6 455
		565 582	**406 455**
		952 778	**706 085**

O saldo da rubrica "Disponibilidades em instituições financeiras", refere-se a depósitos à ordem não remunerados e a montantes associados à utilização de cartões de crédito.

No exercício de 2025, a rubrica "Aplicações de Liquidez", registou os seguintes depósitos a prazo, apresentados cronologicamente como segue:

QT	Data de constituição	Data de vencimento	Estado na data de referência	Moeda	Taxa de juro anual	Montante de consituição	Juros em Balanço
Banco Millennium Atlântico							
1	23-12-2025	31-03-2026	Vivo	AOA	17,00%	145 000	486
2	31-12-2025	31-03-2026	Vivo	AOA	10,00%	150 000	-
						295 000	**486**
Banco de Comércio e Indústria							
1	14-11-2025	03-01-2026	Vivo	AOA	16,00%	200 000	3 708
2	18-12-2025	06-02-2026	Vivo	AOA	16,00%	61 000	313
						261 000	**4 021**
Banco de Crédito do Sul							
1	01-09-2025	01-09-2027	Vivo	AOA	5,00%	5 000	75
						5 000	**75**
						561 000	**4 582**

4. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Outros Valores de Natureza Fiscal		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 232	1 605
Imposto Industrial - retenção na fonte	623	-
	3 855	**1 605**
Outros Valores de Natureza Cível		
Clientes de intermediação	137 916	94 390
Devedores diversos	3 690	88 933
	141 606	**183 323**
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização		
Despesas Antecipadas	36 451	-
Seguros	13 203	8 017
Adiantamento a Fornecedores	12 184	12 392
Adiantamentos e Antecipações Salariais	3 067	83
	64 905	**20 492**
	210 365	**205 419**

O saldo da rubrica "Outros Valores de Natureza Fiscal", refere-se ao crédito que a Sociedade tem a seu favor junto da Administração Geral Tributária ("AGT") relacionado com o IVA deduzido nas facturas dos fornecedores, enquanto a Sociedade estava enquadrada no regime simplificado de IVA.

O saldo da rubrica "Outros Valores de Natureza Cível", refere-se aos valores que a Sociedade tem em aberto por parte dos clientes, bem como as comissões que à data do relatório se encontravam por facturar.

O saldo da rubrica "Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização", refere-se aos valores diversos relacionados com fornecedores e despesas antecipadas.

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Activo Fixo Tangível		
Móveis, Utensílios, Instalações e Equipamentos	173 071	145 709
Depreciações acumuladas	(65 439)	(30 717)
	107 632	**114 992**
Activo Intangível		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	640 954	157 390
Activos Intangíveis em Curso	61 894	-
Despesas de Constituição	12 466	12 466
Amortizações acumuladas	(251 742)	(46 774)
	463 572	**123 081**
	571 204	**238 073**

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica "Móveis, Utensílios, Instalações e Equipamentos", inclui essencialmente:

i) Equipamentos tecnológicos e de comunicações no valor de 158 milhões de kwanzas
ii) Equipamentos de escritório no valor de 13 milhões de kwanzas.

A rubrica "Sistemas de Tratamento de Dados", inclui maioritariamente o licenciamento do sistema core SIFOX, correspondente a um contrato com prazo de 5 anos para pagamento tendo sido registado até ao exercício de 2024 com base no custo já incorrido, passando a ser registado com base no valor total do investimento a partir do exercício de 2025, incluindo o valor a pagar registado na rubrica "Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização" (Nota7).

A rubrica de "Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis" apresenta o seguinte movimento durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

Rubricas	Saldos em 31-12-2024			Saldos em 31-12-2025		
	Activo bruto	Amortizações	Valor líquido	Aumentos	Amortizações do exercício	Activo líquido
Activo Fixo Tangível						
Móveis, Utensílios, Instalações e Equipamentos	145 709	(30 717)	114 992	27 362	(34 722)	107 632
	145 709	**(30 717)**	**114 992**	**27 362**	**(34 722)**	**107 632**
Activo Intangível						
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	157 390	(44 074)	113 316	425 144	(144 055)	394 405
Despesas de Constituição	12 466	(2 701)	9 765	-	(2 493)	7 272
Activos Intangíveis em Curso	-			61 895	-	61 895
	169 856	**(46 775)**	**123 081**	**487 039**	**(146 548)**	**463 572**
	315 565	**(77 492)**	**238 073**	**514 401**	**(181 270)**	**571 204**

Rubricas	Saldos em 31-12-2023			Saldos em 31-12-2024		
	Activo bruto	Amortizações	Valor líquido	Aumentos	Amortizações do exercício	Activo líquido
Activo Fixo Tangível						
Móveis, Utensílios, Instalações e Equipamentos	121 476	(2 105)	119 371	24 233	(28 612)	114 992
	121 476	**(2 105)**	**119 371**	**24 233**	**(28 612)**	**114 992**
Activo Intangível						
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	96 539	(2 231)	94 308	60 851	(41 842)	113 317
Despesas de Constituição	12 466	(208)	12 258	-	(2 493)	9 765
	109 005	**(2 439)**	**106 566**	**60 851**	**(44 335)**	**123 082**
	230 481	**(4 544)**	**225 937**	**85 084**	**(72 947)**	**238 074**

6. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Adiantamentos de Clientes		
Adiant. Clientes - conciliação proveitos	88 511	-
	88 511	**-**

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica corresponde à nota de crédito por liquidar associada à cobrança de comissões de operações de um cliente.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Outras Obrigações de Natureza Fiscal		
Imposto Industrial	33 519	91 080
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	15 193	48 619
Imposto Industrial - Retenção na fonte	3 147	1 448
Imposto sobre Rendimentos de Trabalho Dependente	239	2 229
	52 098	**143 376**
Outras Obrigações de Natureza Cível		
Credores pela Prestação de Serviços	176 797	66 198
	176 797	**66 198**
Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização		
Remunerações	82 587	9 340
Auditoria	41 382	28 484
Comissões Cevama	24 681	34 034
Comissões Bodiva	11 888	-
Comissões de cessão de carteira	2 543	232 836
Outros acréscimos de custos	627 551	21 901
	790 632	**326 595**
	1 019 527	**536 168**

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica "Outras Obrigações de Natureza Cível", é referente a facturas pendentes de liquidação, maioritariamente relacionadas com os prestadores Bodiva, Banco Millennium Atlântico, nos montantes de 59 milhões e 43 milhões de kwanzas, e fornecedores estrangeiros que aguardam execução de transferência pelos Bancos Comerciais no montante de 56 milhões de kwanzas.

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica "Outros acréscimos de custos", inclui o montante de 340 milhões de kwanzas, correspondente ao contrato celebrado com a Finantech para o licenciamento e implementação do software de gestão, utilizado para suportar operações financeiras, contabilísticas e administrativas da Sociedade, estes custos incluem serviços adicionais, assistência técnica, actualizações, parametrizações específicas. Adicionalmente inclui 280 milhões de kwanzas referentes ao acordo de partilha e imputação de custos com a SG Hemera Capital Partners – SGOIC (Notas 11 e 15). A natureza destes montantes decorre da disponibilização temporária de recursos humanos, cujos custos serão posteriormente reflectidos na facturação e pagos à entidade que disponibilizou os recursos.

8. CAPITAIS PRÓPRIOS

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2025, o capital social da HCP Securities, no valor de 337 milhões de kwanzas, encontrava-se representado por 40 mil acções com o valor nominal de 8 425 kwanzas cada uma, os quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelos accionistas abaixo descritos:

Rubricas	Nº Acções	%	Valor nominal
Accionistas			
Milos Capital Partners, S.A.	37 998,00	94,995%	320 133
Mário Alberto Falhas Amaral	1 000,00	2,5000%	8 425
Odracir Sidney de Vasconcelos Magalhães	1 000,00	2,5000%	8 425
Manuel Maria Cota Dias da Silveira Botelho	1,00	0,0025%	8
Valdir Rodrigues da Costa	1,00	0,0025%	8
	40 000		**337 000**

Fundos próprios

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Capital Social	337 000	337 000
Resultados Transitados	276 410	(42 988)
Resultado Líquido do Exercício	12 900	319 398
	626 310	**613 410**

Lucro por acção

O resultado básico por acção corresponde ao rácio entre o resultado atribuível aos Accionistas face ao número de acções, e apresentam o seguinte detalhe:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Resultado líquido Accionistas		
Milos Capital Partners, S.A.	12 254	319 366
Mário Alberto Falhas Amaral	323	8
Odracir Sidney de Vasconcelos Magalhães	323	8
Manuel Maria Cota Dias da Silveira Botelho	-	8
Valdir Rodrigues da Costa	-	8
	12 900	**319 398**
Número de acções	**40 000**	**40 000**
Lucro por acção	**0,32**	**7,98**

9. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Resultado de Intermediação Financeira		-
Proveito de aplicação de liquidez	40 628	8 077
Custos de Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	(206)	(6 243)
	40 422	**1 834**

A rubrica de "Proveito de aplicação de liquidez" é constituída por juros de depósitos a prazo e apresentou uma taxa de remuneração média ponderada de 14,56%.

10. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		
Proveitos de Prestação de Serviços		
Comissões de intermediação	786 725	387 668
Comissões de pagamento de rendimentos	773 213	634 555
Comissões BODIVA	228 972	93 837
Comissões de reembolso	144 288	195 987
Comissões CEVAMA	107 181	34 034
Comissões de transferência de títulos	28 812	57 536
Comissões do portal do investidor	9 583	3 362
Comissão Manutenção	1 469	1 057
Comissões de abertura de conta	138	41
Comissões de encerramento de conta	10	68
Comissões de bloqueio/penhor de contas	4	7
	2 080 395	**1 408 152**
Custos de Comissões, Corretagens e Custódias		
Comissões BODIVA	(251 782)	(102 341)
Comissão de Cessão de Carteira	(136 704)	(232 836)
Comissões CEVAMA	(116 095)	(34 034)
Comissão de Liquidação	(437)	-
	(505 018)	**(369 211)**
	1 575 377	**1 038 941**

11. CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Custos Administrativos e de Comercialização		
Fornecimentos de Terceiros	889 199	344 355
Pessoal	379 483	173 976
Depreciações e Amortizações	181 270	72 947
Impostos e Taxas Não Incidentes Sobre o Resultado	45 079	22 516
Outros Custos Administrativos e de Comercialização	8 561	3 160
	1 503 592	**616 954**

Fornecimentos de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços Técnicos Especializados	670 726	266 596
Transportes, Deslocações e Alojamentos	150 564	64 231
Publicações, Publicidade e Propaganda	7 000	10 000
Comunicações	6 123	3 507
Materiais Diversos	5 069	-
Rendas e alugueres	1 200	-
Seguros	99	-
Segurança. Conservação e reparação	42	-
Administrativos	-	21
Outros Fornecimentos de Terceiros	48 375	-
	889 198	**344 355**

A rubrica "Auditorias, Consultorias e Outros Serviços Técnicos Especializados", refere-se aos custos relacionados com o acompanhamento técnico, transversal às áreas funcionais de trabalho da HCP Securities, incluindo os custos com a prestação de serviços de implementação de sistemas operacionais, serviços de assistência técnica e serviços de auditoria externa.

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica "Auditorias, Consultorias e Outros Serviços Técnicos Especializados", inclui 280 milhões de kwanzas referentes ao acordo de partilha e imputação de custos com a SG Hemera Capital Partners – SGOIC (Notas 7 e 15).

A rubrica "Transportes, Deslocações e Alojamentos" refere-se essencialmente a encargos necessários para a realização de deslocações profissionais, tendo em vista a execução de actividades estratégicas e operacionais da Sociedade.

Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Remunerações - Pessoal	168 768	114 520
Prémios	83 472	-
Remunerações - Órgão sociais	78 113	45 340
Encargos sobre remunerações	22 977	11 768
Seguros	14 343	2 114
Formação	11 250	-
Outras despesas com pessoal	560	234
	379 483	**173 976**

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, o aumento da rubrica está associado ao aumento do número e remuneração dos colaboradores ao serviço da Sociedade e à atribuição de prémios.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Operações	4	2
Distribuidora	3	3
Equipa de gestão	1	1
Auditoria	1	1
	9	**7**

Impostos e Taxas Não Incidentes Sobre o Resultado

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Contribuição Especial s/ Operações Cambiais	33 658	20 514
Taxa de Fiscalização	6 586	813
Imposto sobre a Aplicação de Capitais	4 063	808
Imposto sobre o Valor Acrescentado	763	381
Outros	9	-
	45 079	**22 516**

Depreciações e amortizações

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	144 055	41 842
Móveis, Utensílios, Instalações e Equipamentos	34 722	28 612
Despesas de Constituição	2 493	2 493
	181 270	**72 947**

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

12. OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Outros custos e proveitos operacionais		
Diferenças de câmbio favorável		
Realizada	74	2 271
Não realizada	11 501	5 051
	11 575	**7 322**
Diferenças de câmbio desfavorável		
Realizada	(29 100)	(14 726)
Não realizada	(21 264)	(5 610)
	(50 364)	**(20 336)**
	(38 789)	**(13 014)**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2025 e 2024, esta rubrica corresponde essencialmente aos ganhos e perdas cambiais obtidos na reavaliação cambial dos activos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes da apreciação ou depreciação do Dólar e do Euro face ao Kwanza.

Além disso, a rubrica também reflecte as diferenças entre o câmbio de registo da factura e o câmbio de pagamento, ou seja, quando há uma discrepância entre a taxa de câmbio utilizada para registar uma factura e a taxa de câmbio quando o pagamento é efectivado, essa diferença resulta em ganho ou perda cambial, dependendo da direcção da variação do câmbio.

13. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Outros Ganhos e Perdas Não Operacionais		
Multas fiscais	(16 195)	(9)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(10 805)	(320)
	(27 000)	**(329)**

14. ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica, corresponde a estimativa de imposto sobre os lucros a liquidar à Administração Geral Tributária, conforme divulgado no quadro abaixo:

Rubricas		31-12-2025	31-12-2024
Resultado Antes de Impostos		46 419	410 477
Correcções para efeitos fiscais:			
A Somar:			
Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais:			
Amortizações excessivas		60 055	
Outros acréscimos de custos		28 010	2 833
Multas fiscais		16 196	9
Variações Cambiais desfvoráveis não Realizadas		21 264	5 610
Imposto Sobre Aplicação de Capitais		4 063	808
Despesas não documentadas		3 687	-
Imposto sobre o valor acrescentado		763	381
Despesas indevidamente documentadas		342	-
Correcções exercícios anteriores		5 406	320
A Deduzir:			
Variações patrimoniais negativas		-	-
Proveitos e ganhos não tributáveis:			
Variações Cambiais favoráveis não Realizadas		(11 502)	(5 051)
Proveitos Sujeitos a IAC		(40 628)	(8 077)
Prejuízos fiscais de anos anteriores		-	(42 991)
Lucros levados a reservas e reinvestidos		-	-
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)		134 075	364 319
	Taxa nominal de imposto	25%	25%
Imposto Sobre Lucros		(33 519)	(91 080)
	Taxa efectiva de imposto	25%	25%

De acordo com o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/20, de 20 de Julho), na determinação da matéria colectável deduzir-se-ão a totalidade dos rendimentos sujeitos a IAC. Desta forma, na determinação do lucro tributável em 31 de Dezembro de 2025, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

De igual forma, o gasto apurado com a liquidação do Imposto sobre a aplicação de capitais, correcções de exercícios anteriores, diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas e as multas, não são fiscalmente aceites para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º, artigo 14º, do Código do Imposto Industrial.

O Imposto Sobre o Valor Acrescentado não deduzido dentro do período estipulado no Código do IVA não é considerado custo dedutível à matéria colectável do Imposto Industrial, conforme disposto no n.º 20 do artigo 15º da Lei que que aprova o OGE para o exercício económico de 2025.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, houve lugar ao registo de uma estimativa para o pagamento do Imposto Industrial no valor de 34 milhões de kwanzas.

15. SALDOS E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas da Sociedade as empresas e fundos detalhados abaixo, e os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Para além dos membros do Órgão de Administração e dos elementos-chave de gestão, são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão mantêm influência significativa.

As partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, para além dos detentores de capital social que constam na Nota 8, foram:

Conselho de Administração:

I. Presidente – Odracir Sidney de Vasconcelos Magalhães*
II. Vogal – Mário Alberto Falhas Amaral
III. Vogal – Augusto Ngangula e Silva

Conselho Fiscal:

I. Presidente – Francisco Miguel Paulo
II. Vogal – Gilberto dos Santos Tomás
III. Vogal – Luís Higino Cussinja
IV. Suplente – Claudeth Elsa Gonçalves Tjisindandjila
V. Suplente – Edivalda Efigênia Hilário Pedro Machado

Outras entidades:

I. SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A.

*Renunciou as funções no Conselho de Administração da Sociedade no dia 28 de Janeiro de 2026.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o montante global de activos, passivos, proveitos e custos com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável, tem a seguinte decomposição:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Accionistas	Órgãos Sociais	Outras Entidades	Accionistas	Órgãos Sociais	Outras Entidades
Passivo						
Outras Obrigações						
Outras Obrigações de Natureza Cível	-	-	-	-	-	2 523
Outras Obrigações de Natureza Administrativa	-	67 172	280 750	-	-	-
	-	**67 172**	**280 750**	**-**	**-**	**2 523**
Custos						
Pessoal	-	(145 285)	-	-	(45 340)	-
Fornecimentos de Terceiros	-	(138 201)	(307 463)	(12 995)	(61 554)	(4 667)
	-	**(283 486)**	**(307 463)**	**(12 995)**	**(106 894)**	**(4 667)**

16. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Títulos de Dívida		
OT Não Reajustáveis AOA	(319 847 933)	(249 100 546)
OT ME (Moeda Estrangeira)	(131 112 830)	(106 691 954)
OT Indexadas	(16 523 739)	(19 818 199)
OTNR AOA - REPOs em aberto	(10 701 036)	1 601 784
BTs	-	(23 338 820)
Acções	(3 035 488)	(13 854)
Unidades de Participação	(753 650)	(580 000)
Dívida Privada	(682 644)	(250 000)
	(482 657 320)	**(398 191 589)**

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se registaram quaisquer eventos relevantes após a data do balanço que requeiram registo ou divulgação nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2025.

8. Relatório do auditor Externo

KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige - Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
Luanda - Angola
+244 227 28 01 01 | www.kpmg.co.ao

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

Aos Accionistas da
Hemera Capital Partners Securities - SDVM, S.A.

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Para efeitos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto (doravante designado por "CódVM") e no Regulamento n.º 1/22, de 9 de Fevereiro, sobre os Auditores Externos, auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Hemera Capital Partners Securities - SDVM, S.A.** ("Entidade"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1 734 348 milhares de kwanzas e um total de fundos próprios de 626 310 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 12 900 milhares de kwanzas), a demonstração dos resultados, a demonstração de mutações dos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Hemera Capital Partners Securities - SDVM, S.A.** em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras não Bancárias aprovado pelo Regulamento n.º 10/16, de 6 de Julho, da Comissão do Mercado de Capitais ("CMC").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), de acordo com a Instrução n.º 04/CMC/12-25 sobre os Modelos de Relatórios a Elaborar por Auditor Externo Registado na CMC, bem como as demais Normas e Orientações Técnicas e Éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola ("OCPCA"). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos previstos no Código de Ética da OCPCA.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A., sociedade anónima angolana e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG Angola– Audit, Tax, Advisory, S.A.
Capital Social: 1 350 000 USD / 135 000 000 Kz
Pessoa Colectiva Nº 5401178077

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação e apresentação das demonstrações financeiras, que apresentem, de modo apropriado a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras não Bancárias aprovado pelo Regulamento n.º 10/16, de 6 de Julho, da CMC;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- elaboração do relatório de gestão e do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, tendo em conta as circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da Entidade, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do corrente ano e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Quanto ao relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Quanto ao relatório de governo societário

Dando cumprimento ao previsto no artigo 35.º do Regulamento n.º 2/25, de 24 de Junho, sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade, nos termos do Anexo III ao referido Regulamento, não tendo sido identificadas incorrecções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto previsto no referido Anexo.

Luanda, 30 de Abril de 2026

KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.
(Auditor Externo registado na CMC com o número 001/SPC/DSEA/CMC/08-2015)
Representada por:
Maria Inês Rebelo Filipe
(Perito Contabilista com cédula nº 20140081)

9. Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL| Exercício de 2025

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Geral,

Senhores Accionistas da

Hemera Capital Partners Securities - SDVM, S.A.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, nomeadamente, na Lei das Sociedades Comercias (artigos 441º e 452º) e o mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal da Hemera Capital Partners Securities – SDVM, S.A. vem apresentar o seu relatório e parecer sobre as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentadas pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2025, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade, verificando a regularidade dos seus livros e registos contabilísticos, bem como o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. É de realçar que o 2025 foi o segundo ano completo de actividade.

A sociedade apresentou um resultado líquido de 12,9 milhões de Kwanzas em 2025 (contra os 319,39 milhões em 2024), um activo total de 1. 734, 34 milhões (contra os 1.149,57 milhões de Kwanzas em 2024) e um passivo de 1.108,03 (contra 536,16 milhões de Kwanzas em 2024). Estes resultados reflectem um aumento da escala de actvidades, e uma boa gestão. As contas foram bem elaboradas seguindo as disposições legais (de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras não Bancárias aprovado pelo Regulamento n.º 10/16, de 6 de Julho, da Comissão do Mercado de Capitais "CMC") e os padrões internacionais. As contas da sociedade já foram auditas pela KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A. e, tendo tido reuniões com a equipa dos auditores, concordamos com as conclusões do relatório da Auditoria realizada. Por parte do Conselho de Administração bem como das demais áreas, obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, concluindo que:

- As Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos estão de acordo com plano de contas instituído pela CMC, e
- O Relatório de Gestão apresenta a evolução dos negócios e de mercado, tendo sido preparado com base nos requisitos legais e regulamentares em vigor e de acordo com as demonstrações financeiras.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade em 31 de dezembro de 2025, bem como o resultado das suas operações no exercício findo nessa data. A gestão da sociedade foi conduzida de acordo com as normas legais e estatutárias aplicáveis.

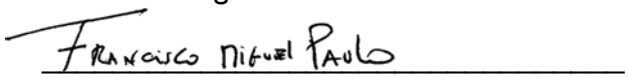
Neste sentido, e face ao resultado obtido, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

Expressamos o nosso reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração, aos colaboradores e colaboradoras da Sociedade pelo empenho e zelo nas suas actividades e pela colaboração que nos foi prestada. Agradecemos ainda aos senhores accionistas pela confiança depositada em nós.

Luanda, 30 de Abril de 2026.

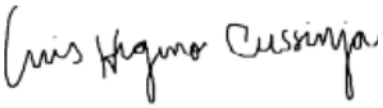
O CONSELHO FISCAL

Francisco Miguel Paulo



(Presidente do Conselho Fiscal)

Luís Cussinja



(Vogal do Conselho Fiscal)

Gilberto Tomás

